

Condições para a modernidade

17 OUT 1990

Edmundo Klotz

JORNAL DE BRASÍLIA

Um país que pretende abrir as portas da modernidade e ingressar de cabeça erguida nos limites do terceiro milênio precisa ultrapassar as barreiras viciadas de práticas e costumes, arranjar novos dispositivos para dinamizar as relações na cadeia econômica e estabelecer uma cultura política condizente com os desafios da contemporaneidade. Se quisermos que o Brasil efetivamente assuma este perfil, temos de transformar nossas palavras em ações. Já perdemos a década de 80 e não podemos comprometer nenhuma fatia da década de 90.

Vemos com muita preocupação a situação brasileira, não apenas em função dos graves problemas de natureza conjuntural e estrutural, que fazem emergir uma torrente de consequências nefastas sobre nosso futuro imediato, mas também por constatar que a travessia para a modernidade - meta clara defendida pelo Presidente da República - não está sendo devidamente entendida e internalizada por importantes segmentos da atividade econômica e do setor político.

Em primeiro lugar, há que se considerar que o chamado entendimento nacional, que passa a ser o eixo da administração federal, tem como pano de fundo a questão da modernização. Quando o Governo tomou a iniciativa de convocar representantes da indústria, dos trabalhadores e de importantes entidades da sociedade civil para discutir os caminhos do entendimento colocou como matéria-prima da discussão a modernização das instituições e o aprimoramento das relações entre os setores da cadeia econômica e do sistema produtivo. Não se trata, como muitos podem imaginar, de mais um encontro entre velhos parceiros para discutir posições corporativistas e defender interesses de categorias.

Tendo como centro das discussões este posicionamento, é necessário que os integrantes do sistema produtivo passem a adotar uma linguagem homogênea, sob pena de falhar, mais uma vez, o propalado entendimento nacional. Para que se consiga atingir um patamar

mínimo de homogenidade, algumas situações deve ser revistas.

Há necessidade de se examinar a modernidade sob todos os aspectos. Se apenas um setor da cadeia econômica aceita redirecionar suas posições, não se completa o ciclo da modernidade. Na cadeia econômica, por exemplo, é urgente que a agricultura, a indústria e o comércio promovam, integrada e acertadamente, a modernização de suas relações, encontrando novos parâmetros para dimensioná-las. Ocorre que muitos não estão preparados para o jogo das negociações, por incorporarem velhos padrões de decisão e negócios.

Se o País tem como objetivo integrar-se às modernas economias contemporâneas, precisa fazer com que seus agentes aceitem, de imediato, novos valores e uma redefinição de papéis, com a incorporação de métodos que possam tornar os produtos nacionais melhores e mais baratos e com o selo de excelência capaz de competir com os estrangeiros. Todos deverão dar sua contribuição para tornar os nossos produtos acessíveis ao consumidor, que não pode pagar pelos pecados da ineficiência da política econômica e pelas mazelas que infestam os elementos do sistema produtivo. O consumidor precisa pagar o valor justo da mercadoria. No Brasil de hoje, o consumidor, infelizmente, está arcando com o ônus dos problemas da cadeia econômica.

É claro que muita coisa deverá ser corrigida. A começar pela política de juros. Em uma economia que se quer moderna, não se aceita que os juros sejam pagos por quem vende. Cria-se, com esta contrafação, um conjunto das distorções que acabam por massacrar o consumidor. Se o consumidor paga à vista pelo produto que adquire, o varejo precisa pagar à vista a seu fornecedor. Esta regrinha, bem simples, certamente resultará em produtos mais baratos.

A mudança de costumes é um exercício permanente de diálogo e intercâmbio. Não se muda uma cultura da noite para o dia. Por esta razão, o Governo, fazendo sua parte na

coordenação do entendimento, precisa trabalhar com serenidade e paciência, buscando no equilíbrio e no bom senso as medidas de sua atuação. Qualquer discurso exacerbado ou ameaças podem redundar em efeito negativo, na medida em que deixam inseguros os parceiros da cadeia produtiva. Há que se trabalhar sob uma base de confiança recíproca e integração de interesses.

Vemos um Governo que, efetivamente, dá provas de que pretende abolir cartórios, acabar com práticas fisiológicas, abrir o País. Ele está correto em essência. Afinal de contas, precisamos reaparelhar o País para que possa incorporar um milhão e meio de brasileiros que, anualmente, ingressam no mercado de trabalho. Não podemos deixá-los aboletados nas favelas dos perímetros urbanos das grandes cidades, vivendo à míngua e sem esperança. Não podemos deixar crescer o cordão de miseráveis. Em nosso País, 50 milhões de pessoas estão fora do circuito do consumo. O Brasil não pode se transformar em um imenso Bangladesh.

Por todas essas razões, urge recosturar as relações institucionais e pôr fé nas nossas potencialidades. Somos um País promissor, que descobriu seu combustível renovável e que tem condições de enfrentar as pressões decorrentes da crise internacional. Temos um razoável sistema de transportes, um bom sistema de comunicações, tecnologias avançadas em diversos setores, recursos minerais e um povo trabalhador. Nosso compromisso deve ser o de melhorar as condições de vida de 150 milhões de pessoas que não podem ficar à margem do desenvolvimento e do progresso. E para que este compromisso seja alcançado é preciso, antes de mais nada, que nesta hora em que se proclama o entendimento nacional, cada setor responsável assuma integralmente suas responsabilidades para com a meta da modernização do País.

□ Edmundo Klotz é empresário presidente da associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia)